

Brasil fecha acordo de US\$ 30 bi com o FMI

Além do dinheiro novo, o piso das reservas líquidas do Banco Central será reduzido de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões

BRASÍLIA – O governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciaram ontem um acordo de US\$ 30 bilhões em dinheiro novo para o Brasil, com a liberação de US\$ 6 bilhões ainda este ano, ou 20% do total, e US\$ 24 bilhões em 2003. Prevê ainda liberar US\$ 10 bilhões das reservas líquidas internacionais do Banco Central, reforçando a artilharia da instituição para intervir no mercado de câmbio. Pelo novo programa, a ser aprovado pelo Conselho Executivo do FMI no início de setembro, o governo terá de manter um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento de juros) de 3,75% do Produto Interno Bruto em 2003, 2004 e 2005.

No começo da noite, o presidente Fernando Henrique Cardoso telefonou para o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP). O ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi escalado para falar com o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, com Ciro Gomes, do PPS. A assessoria de Imprensa do Palácio do Planalto não confirmou contatos com o candidato do PSB, Anthony Garotinho.

Com a alteração do limite mínimo para as reservas, ele cai de US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões e os recursos poderiam ser usados para intervenções no mercado imediatamente após a aprovação pelo Conselho. A liberação das reservas deve derrubar o dólar, acreditam analistas. A moeda, que fechou em R\$ 3,02, pode cair para algo entre R\$ 2,80 e R\$ 2,90, na avaliação do ex-presidente do BC Gustavo Loyola, sócio da Tendências Consultoria Integrada.

Como 80% dos recursos serão liberados no ano que vem, a aprovação do pacote está condicionada ao apoio dos principais candidatos à Presidência. “As autoridades brasileiras estão convencidas de que este acordo serve aos interesses do País e confiam em que ele contará com o apoio dos principais candidatos à eleição presidencial. No momento está em curso um processo de consultas a esse respeito”, diziam as notas distribuídas ontem à noite, pelo Ministério da Fazenda e pelo FMI.

Os candidatos devem se posicionar hoje sobre o acordo. Ontem, o assessor econômico do candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse que os termos do acordo “engessam” o próximo governo, com a manutenção do superávit primário de 3,75% do PIB até 2005. “Isso limita a capacidade de investimentos sociais que pretendemos fazer”, afirmou Guido Mantega.

O candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, apenas divulgou, por meio de um portavoz, uma declaração semelhante à que tinha feito antes: “Eu seria o último a atrapalhar o esforço dos negociadores brasileiros que estão tentando solução para o grave desastre que este governo produziu.”

• O assessor econômico do candidato José Serra (PSDB), Gesner de Oliveira, disse ontem à tarde que o presidenciável tuca não daría apoio incondicional a um eventual acordo. “É preciso conhecer os termos. Mas o candidato já tem expressado sua opinião em apoiar o acordo de forma criteriosa”. O candidato do PSB à Presidência, Anthony Garotinho, não se pronunciou. (Equipes Estado e AE)